

ATA DA CENTÉSIMA DÉCIMA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, EM 27-11-2017.

Aos vinte e sete dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezessete, reuniu-se, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Adeli Sell, Airto Ferronato, Alvoni Medina, André Carús, Cassiá Carpes, Fernanda Melchionna, Idenir Cecchim, José Freitas, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Paulo Brum e Reginaldo Pujol. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a Sessão, registraram presença Aldacir Oliboni, Cláudio Janta, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Dr. Thiago, Felipe Camozzato, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Luciano Marcantônio, Marcelo Sgarbossa, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Moisés Maluco do Bem, Prof. Alex Fraga, Professor Wambert, Ricardo Gomes, Roberto Robaina, Rodrigo Maroni, Sofia Cavedon, Tarciso Flecha Negra e Valter Nagelstein. À MESA, foi encaminhado o Projeto de Resolução nº 061/17 (Processo nº 2956/17), de autoria de José Freitas. Também, foram apregoados os seguintes Ofícios, do Prefeito: nº 1807/17, comunicando esclarecimentos acerca do Projeto de Emenda à Lei Orgânica nº 011/17 (Processo nº 2261/17); e nº 1833/17, encaminhando Veto Parcial ao Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 027/17 (Processo nº 1721/17). Em prosseguimento, o Presidente concedeu a palavra, em TRIBUNA POPULAR, a Carlos Alberto Pettersen e a Adinaldo Soares de Fraga, do Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio Grande do Sul, que discorreram acerca da defesa do Departamento Municipal de Água e Esgotos. Após, nos termos do artigo 206 do Regimento, Tarciso Flecha Negra, Prof. Alex Fraga, Paulinho Motorista, Aldacir Oliboni, Fernanda Melchionna, Mônica Leal, Luciano Marcantônio, Dr. Thiago e Cláudio Janta manifestaram-se acerca do assunto tratado durante a Tribuna Popular. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Roberto Robaina e Sofia Cavedon. Os trabalhos foram suspensos das quinze horas e quinze minutos às quinze horas e dezesseis minutos. Após, foi aprovado Requerimento verbal formulado por João Bosco Vaz, solicitando alteração na ordem dos trabalhos da presente Sessão. A seguir, foi iniciado o período de COMUNICAÇÕES, hoje destinado a assinalar o transcurso do septuagésimo quinto aniversário do Sindicato dos Corretores de Seguro do Estado do Rio Grande do Sul – Sincor/RS –, nos termos do Requerimento nº 101/17 (Processo nº 1352/17), de autoria da Mesa Diretora. Compuseram a Mesa: João Carlos Nedel, presidindo os trabalhos; Ricardo Pansera, Presidente do Sincor/RS; Guacir Bueno, Presidente do Sindicato das Empresas de Seguros do Rio Grande do Sul; Éder Oliveira, Presidente do Clube de Seguros de Vida e Benefícios do Rio Grande do Sul; e Valdir Busch, Presidente do Sindicato dos Securitários. Em COMUNICAÇÕES, pronunciaram-se Idenir Cecchim, em nome da Mesa Diretora, João Bosco Vaz, este em tempo cedido por Paulinho Motorista, e Mauro Zacher, este em tempo cedido por Cláudio Janta. Também, o Presidente procedeu à entrega, a Ricardo Pansera, de diploma alusivo à presente homenagem, após conceder-lhe a palavra. Em

COMUNICAÇÕES, pronunciou-se Valter Nagelstein, em tempo cedido por Professor Wambert. Após, foi aprovado Requerimento verbal formulado por Cláudio Janta, solicitando alteração na ordem dos trabalhos da presente Sessão. Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram: em 1ª Sessão, o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 047/17, os Projetos de Lei do Legislativo nºs 307 e 318/17 e o Projeto de Resolução nº 059/17; em 2ª Sessão, o Projeto de Lei do Legislativo nº 216/17. Durante a Sessão, Dr. Thiago, Valter Nagelstein e Sofia Cavedon manifestaram-se acerca de assuntos diversos. Também, foram registradas as presenças de Guilherme Barbosa, ex-vereador deste Legislativo, de Augusto Damiani e de Antônio Elisandro de Oliveira, Diretor-Geral do Departamento Municipal de Água e Esgotos. Às dezesseis horas e quatro minutos, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para sessão extraordinária a ser realizada a seguir. Os trabalhos foram presididos por Adeli Sell, João Carlos Nedel e Cláudio Janta e secretariados por André Carús. Do que foi lavrada a presente Ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Adeli Sell): Registro a presença do ex-Vereador Guilherme Barbosa e do Sr. Augusto Damiani.

Passamos à

TRIBUNA POPULAR

A Tribuna Popular de hoje terá a presença do Sindicato dos Engenheiros do Estado Rio Grande do Sul – Senge/RS, que tratará de assunto relativo à defesa do DMAE; não privatização. Agradecemos a presença de um contingente bastante significativo de servidores do DMAE que abrilhantam o debate, nesta tarde, na Câmara Municipal. O tempo regimental de 10 minutos para manifestação será dividido entre dois oradores. O Sr. Adinaldo Soares de Fraga, associado, e o Sr. Carlos Alberto Pettersen, membro do Senge/RS, estão com a palavra, pelo tempo regimental de 10 minutos.

O SR. CARLOS ALBERTO PETERSEN: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, nós louvamos a iniciativa do Senge/RS, no sentido de usar a Tribuna Popular para aventar um assunto que preocupa, profundamente, a população de nossa Cidade. Nós permanecemos em cada ato que praticamos, permanecemos até no vazio que deixamos, quando nos negamos à ação. Por isso a presença do Senge/RS valoriza também a participação da sociedade. O DMAE tem uma longa história. Ele foi criado pela Lei nº 2.321, de 1961, e tem hoje 56 anos de idade. Na época da criação do DMAE, o serviço de abastecimento de água, em Porto Alegre, ainda era precário. Eu sou dessa época, da época em que o DMAE ainda não existia e, através do Município, se fazia a prestação desse serviço, que não era universal. Ele sequer era oferecido em 100% do tempo. Havia racionamento, que era absolutamente necessário. Havia áreas da cidade que eram abastecidas pelo período de algumas horas. Hoje, após a criação do DMAE,

passado esses 56 anos, o serviço está plenamente universalizado na da cidade de Porto Alegre, e mais do que isso, ele funciona em 100% do tempo. Então, Porto Alegre foi a primeira Capital brasileira a ter o serviço de abastecimento de água para 100% da sua população urbana. E aqui população urbana não é uma fantasia que se fazia em muitas áreas, que era apenas a população da cidade formal, aqui está incluída também a população de nossas vilas. A água é fornecida a 100% da população urbana de Porto Alegre, viva ela onde viver! E isso também 100% do tempo. É preciso que se leve isso em conta. O DMAE tem três das principais estações de Porto Alegre: Moinhos de Vento; Menino Deus e São João funcionando com cerca de 90% da capacidade de produção do DMAE. Com a água toda produzida no Moinhos de Vento - vou dar um exemplo – são produzidas duas toneladas de água por segundo; advém da estação do Moinhos de Vento duas toneladas por segundo. E sabe, quanto tempo essa água tem que permanecer na estação para sair com um tratamento pleno e eficiente? Quatro horas. Isso significa que durante quatro horas entram duas toneladas por segundo dentro estação do Moinhos de Vento, e o mesmo ocorre no Menino Deus e na São João, onde ficam por quatro horas. Imaginem o custo das instalações de um organismo desses. O DMAE Moinhos de Vento são seis hectares de terra dentro da área mais valorizada da Cidade; no Menino Deus são, aproximadamente, outros seis hectares e no São João também, e não pode ser por menos. Eu pergunto: no tempo da tarifa, o que significaria o custo do aluguel desses equipamentos que ocupam uma área tão nobre da Cidade em tal volume? Seria inimaginável, não poderia ser gratuito, graciosamente pode usar a população de Porto Alegre em seu benefício no abastecimento. Isso teria custos que resultariam em custos para a população. E não é só isso, não é apenas isso, o DMAE produziu algo também diferenciado, ao longo do tempo a distribuição de água e o custo da tarifa eram utilizados através de uma coisa que se chamava subsídio cruzado. Cobrava-se o mínimo de 20 metros cúbicos para qualquer unidade servida, aí a água ia subindo, paulatinamente, acima dos 20 metros cúbicos, até chegar a um valor que podia ser de até três vezes o valor original. Então, dizia-se que isso era social, que era uma tarifa de subsídio cruzado. Não é verdade. Nós levantamos estatisticamente o fato e demonstramos ao Prefeito Collares, na época. Na verdade, a média de consumo do DMAE é de 17 metros cúbicos *per capita*, então, *per capita*, eles já cobravam um preço aditivo de três metros cúbicos; e o miserável, o pobre que gastava dois, três metros por mês, pagava os 20! Então, ele pagava cinco, sete vezes a tarifa! Aí foi criada a tarifa social, uma preocupação que só uma entidade pública tem, que os preços sejam acessíveis a qualquer cidadão. Criou-se a conta consumo, que foi exemplo mundial, foi citada no Fórum da Água, no Japão, como uma das melhores tarifas do mundo, porque ela é realmente social: quem consome dois metros, paga por dois metros; quem consome cinco, paga por cinco; quem consome cem, paga cem, com aditivo. Isso é justiça social. Essa tarifa foi possível tendo sempre o pensamento de que se fazia o melhor que era possível fazer para a nossa população.

Agora, quando se trata e se pensa ou sequer se admite que um dia esse serviço possa ser privatizado, vamos nos perguntar até onde irá a preocupação com o social, até onde irá a preocupação com cada cidadão, que tem o direito indiscutível de

receber a sua água tratada, ela é indispensável à vida, tenha o custo ínfimo que tiver, mas ela é indispensável. Mesmo assim, devemos dizer aos senhores que o DMAE abastece 100% da Cidade, 100% do tempo, e tem um saldo positivo aplicado em investimento de R\$ 160 milhões ao ano, se corrigidas monetariamente as aplicações dos anos anteriores. Essa é a média de investimentos do DMAE hoje, para uma tarifa que possui R\$ 160 milhões por ano. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. ADINALDO SOARES DE FRAGA: Saudamos a Presidência da Casa e todos os Vereadores presentes. O Sindicato dos Engenheiros, a Astec e o Sindicato dos Municipários de Porto Alegre vêm participando de uma série de iniciativas que visam alertar a população para os prejuízos que acarretarão a privatização do saneamento. O Prefeito Marchezan, quando afirma que para universalizar o saneamento de Porto Alegre são necessários R\$ 2,7 bilhões, passa a todos os moradores da nossa Cidade a ideia de que esses recursos seriam imediatamente necessários e de que a Cidade está carente desses investimentos. Na realidade, são R\$ 1,7 bilhões para o esgoto e R\$ 926 milhões para a água. Esses valores são uma estimativa de investimentos segundo preconiza o nosso Plano Municipal de Saneamento.

Porto Alegre já tem o abastecimento de água universalizado. Os locais que não possuem rede de abastecimentos são áreas de risco e Áreas de Proteção Ambiental, que são abastecidas através de caminhões-pipa. Quanto aos R\$ 1,7 bilhões necessários para o esgoto sanitário, seriam investimentos que deveriam ser aplicados ao longo das próximas duas décadas. É importante dizer que esses investimentos são projeções que consideram o crescimento populacional, segundo dados do próprio IBGE, levando em conta áreas passíveis de empreendimentos imobiliários. Investir nessas áreas hoje não justifica, pois não há habitações e nem vias consolidadas, além de que essas áreas podem ser passíveis de investidores através da implantação de loteamentos, sendo, nesses casos, responsabilidade do empreendedor prover toda a infraestrutura necessária.

Quanto ao tratamento dos esgotos domésticos, hoje 66% dos esgotos produzidos em nossas cidades são tratados. E essa capacidade pode chegar a mais de 80%, sendo o DMAE, nesse quesito, uma referência nacional.

Não devemos esquecer que os investimentos de maior vulto já foram executados através do Programa Socioambiental, quando se investiu R\$ 400 milhões, além da construção da Estação do Sarandi, onde foram gastos mais de R\$ 100 milhões. É importante dizer que se encontra em andamento mais 20 km de redes coletoras de esgotamento sanitário. Portanto, há de se investir em ligações para que a capacidade instalada possa funcionar na sua plenitude e com isso, minimizar o passivo ambiental dos corpos hídricos, receptores, e aumentar a abrangência do nosso tratamento, ou seja, o investimento já está sendo realizado com parceria própria.

O Prefeito de Porto Alegre não pode confundir Plano Municipal de Saneamento com caderno de projetos. O Plano Municipal de Saneamento fornece uma

diretriz que considera as projeções do crescimento populacional, as quais poderão ou não se confirmar, devendo, portanto, ser constantemente monitorada e suas viabilidades serem avaliadas. A parceria privada que o Prefeito busca terá 20 ou 30 anos para fazer os investimentos preconizados, pois, a princípio, deverá ser essa a abrangência do contrato. Ora, se para o parceiro privado será dado esse tempo, por que o DMAE não pode ter esse ônus de administrar os investimentos com recursos próprios e toda a arrecadação deverá permanecer no próprio Município?

Marchezan superdimensionou a estimativa da necessidade dos recursos nos seus quatro anos de governo impelido pela inclinação de passar órgão público à iniciativa privada ou com vista de arrumar parceiros para o seu intento. O DMAE, se bem administrado, não precisa desse tipo de parceria, pois possui um superávit médio anual na ordem de R\$ 133 milhões, quantia esta que deve ser usada para fazer os seus próprios investimentos.

O que nos preocupa é que o desmonte da estrutura e o sucateamento do DMAE já começaram, quer pela falta de servidores, quer pela falta de materiais e contrato de apoio, onde ficamos durante 15 dias sem insumos para tratar a água.

A partir de janeiro, estão proibidas horas extras, como se possível fosse não produzir água à noite, finais de semana e feriados. Penso que teremos que combinar com as redes de água que elas não rompam durante esse período. Esse desmonte se refletirá diretamente nos serviços prestados à população de nosso Município. Hoje os porto-alegrenses estão satisfeitos com o trabalho realizado pelo DMAE, pois têm a sua aprovação em 84%.

Então, Srs. Vereadores, não permitir a alteração da Lei Orgânica do Município é resguardar a Cidade de definições precipitadas e irresponsáveis, que colocam em risco um serviço tão essencial à população de nossa Cidade. Se o DMAE, mesmo com o seu quadro técnico defasado, consegue produzir um superávit anual - de onde a Prefeitura Municipal tem se socorrido, como no mês passado, na ordem de R\$ 35 milhões que foram emprestados -, é porque os servidores são capacitados e sabem fazer saneamento como poucos. Portanto, Srs. Vereadores, a única parceria que necessitamos é com vocês, para que juntos possamos derrotar esse projeto que vai contra os interesses da população de Porto Alegre.

Para concluir, o Governo Municipal criou a Comissão para análise do PL nº 10. Essa Comissão deveria ser composta por pessoas indicadas pelo Governo, por servidores e pela sociedade civil organizada. Agora vemos a publicação no DOPA de uma Comissão composta apenas por CCs do Governo, sem servidores de carreira e sem nenhuma entidade representativa. É o que chamamos de Comissão chapa branca. Lamentável. Por isso agradeço a todos e digo: todos pelo DMAE e não pela privatização. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. João Carlos Nedel assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (João Carlos Nedel): Convidamos o Sr. Adinaldo Soares de Fraga e o Sr. Carlos Alberto Pettersen a fazerem parte da Mesa.

O Ver. Tarciso Flecha Negra está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. TARCISO FLECHA NEGRA: Obrigado, Presidente, em nome do meu Partido, o PSD, quero cumprimentar o Sr. Adinaldo e o Sr. Carlos Alberto. A minha vida foi mais ao lado do futebol; na política estou chegando agora e estou tentando fazer o melhor para o povo de Porto Alegre e pela cidade de Porto Alegre. Eu já recebi, em meu gabinete, vários funcionários do DMAE para tratar sobre o projeto apresentado pelo Executivo. Nós, a CECE, iremos fazer uma visita ao DMAE para conhecer de perto as atividades do DMAE; isso é importante. Eu tive um treinador na minha carreira que sempre dizia: “A voz do povo é a voz de Deus e, em time que está ganhando, não se mexe”. Então, eu acho que a nossa Comissão - composta pelos Vereadores Sofia, Pujol, Alvoni Medina e Ricardo Gomes - irá fazer essa visita para conhecer de perto o DMAE que, para mim, também é uma curiosidade conhecer a água que nós tomamos, que nos alimenta e que é vida. Então, quero dar os parabéns pela fala de todos vocês e parabéns ao DMAE. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (João Carlos Nedel): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. PROF. ALEX FRAGA: Boa tarde, senhores. Cumprimentando os integrantes Senge, estendo o cumprimento nesta tarde a todos os servidores do DMAE e apoiadores dessa causa, da sobrevivência desta instituição tão importante. Faço esta saudação em nome da minha Bancada, do PSOL. Estamos todos os três Vereadores nesta luta, na luta por essa empresa que é uma referência em termos de prestação de serviço ao público de Porto Alegre, à população de Porto Alegre, tanto em qualidade quanto em preço e eficiência. Porque, por mais que nós tentemos analisar a ótica das pessoas que defendem esse modelo privatista, não é moral pensar em querer privatizar ou restringir os serviços de um órgão ou de uma empresa que dá lucro, que reverte recursos ao Município de Porto Alegre. E, portanto, eu não posso, de forma alguma, apoiar esse tipo de projeto e nós, bancada do PSOL, estamos 100% ao lado do DMAE, ao lado dos servidores do DMAE. E, na sexta-feira passada, junto com outros Vereadores desta Casa Legislativa, tivemos a oportunidade de conhecer um pouco a sede do DMAE aqui na Cidade Baixa, e o que me surpreendeu demais foi a competência e os serviços prestados a esta Cidade. O programa de georreferenciamento desenvolvido pelo DMAE é uma referência em termos de planejamento e logística da cidade de Porto Alegre. Eu acredito que a intenção é justamente transferir esse *know-how*, esse investimento feito por esse órgão à iniciativa privada, o que é completamente imoral. Portanto, estamos ao lado do Departamento Municipal de Água e Esgoto desta

Cidade, que ele continue servindo à população de Porto Alegre e pertencendo ao povo de Porto Alegre. Grande abraço a todos.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (João Carlos Nedel): Registro a presença do Sr. Antônio Elisandro de Oliveira, Diretor–Geral do DMAE.

O Ver. Paulinho Motorista está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. PAULINHO MOTORISTA: Cumprimento o Sr. Adinaldo e o Sr. Carlos; cumprimento os servidores do DMAE aqui presentes. Quero dizer sobre o DMAE, que eu, assim como outros Vereadores, temos várias demandas no dia a dia, nas ruas. Não sou de defender esse ou aquele, quando tenho a consciência de que não está fazendo um bom trabalho. Mas todas as demandas que encaminhei ao DMAE, assim como quando ligo, quando cobro, tanto dos diretores, dos engenheiros e dos responsáveis pelas equipes de rua - os caras trabalham debaixo de mau tempo -, são atendidas. E agora com essa situação das horas extras, isso é triste, porque o pessoal trabalha, e quem trabalha tem que receber. Os responsáveis pelo DMAE têm feito um trabalho para nós que não nos dá incomodação alguma; eu não tenho cobrança das pessoas, porque sempre que alguém liga para o Departamento, é bem atendido, e isso a gente tem que falar. É certo que o DMAE está trabalhando bem, que não tem que ser privatizado; tem que continuar como está, porque a população de Porto Alegre está feliz com isso. Estava um dia na Av. Wenceslau Escobar, na Zona Sul, com um pessoal, e estava escrito “Não à privatização”, e todo o carro e todo o pedestre que passava na rua, apoiava. Se fosse o contrário, se as pessoas estivessem contra, elas se manifestariam. A população de Porto Alegre quer o DMAE como está. Eu agradeço ao Departamento, volto a dizer, agradeço aos servidores e à equipe de trabalho que trabalha nas ruas; aos diretores que têm nos atendido, porque aqui a gente precisa dessa corrente, para que a população seja atendida. Eu falo em meu nome e em nome de Airto Ferronato, pelo PSB: 100% DMAE.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (João Carlos Nedel): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. ALDACIR OLIBONI: Nobre Presidente, Ver. João Carlos Nedel; quero saudar o Sindicato dos Engenheiros do Estado do Rio Grande do Sul, representado aqui pelo Adinaldo e pelo Carlos Alberto. Quero parabenizá-los pelo apoio a essa campanha, se somando aos servidores, aos municipais, em defesa do DMAE. Estava ouvindo atentamente, Carlos Alberto, e V. Sa. falou que o DMAE investe R\$ 170 milhões anualmente, o que prova, mais uma vez, que não há necessidade de

privatização, porque é superavitário. O Prefeito Municipal, na medida em que manda um projeto para esta Casa, diz que não é superavitário, tentando justificar a ideia de privatização, como também traz outras questões, como a do Mercado Público, a da Carris e assim por diante.

Nós achamos de extrema importância percebermos algumas coisas fundamentais, em nome da bancada do PT. Primeiro, o DMAE atinge quase 100% da população, levando água potável, levando saúde, levando dignidade para as pessoas. Mais de 84%, como o Adinaldo falou, apoia as iniciativas e o trabalho do DMAE. Qual a justificativa real da privatização? Não há como entender por que uma empresa pública, quando ela é superavitária, quando ela é importante para a Cidade... Inclusive, o Governo capta recursos do DMAE, isto é, transfere recursos do DMAE para outros fundos, para poder pagar as suas dívidas. Por que privatizar o DMAE? Em nome da bancada do PT, nós queremos dizer que somos radicalmente contra a privatização, 100% DMAE, empresa pública. Vamos à luta e vamos vencer esse desafio. Um grande abraço!

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (João Carlos Nedel): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento, pela oposição.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Nós conhecemos a seriedade, o comprometimento e a qualidade do trabalho dos servidores do DMAE. Foi muito bem lembrado o pioneirismo do DMAE na garantia da água potável, integralizando 100%, o superávit anual do DMAE, no montante de R\$ 133 milhões, e a questão do discurso demagógico e mentiroso do Prefeito Marchezan com relação aos bilhões necessários para os investimentos, como se tivessem que ser numa tacada só, e a gente sabe que ele abriria para a iniciativa privada pelo período de vinte, trinta anos. Qualquer lógica de iniciativa privada pressupõe o lucro, portanto, pressupõe o encarecimento dos serviços, pressupõe a abertura de um processo de privatização de algo que é tão querido e tão importante para nós e para o Município de Porto Alegre. Ao cumprimentá-los, quero reafirmar a nossa posição de oposição inteiramente contrária a esse projeto, e sei que não são só Vereadores da oposição que se comprometem a votar contra. O importante é não ter os 24 votos que o Prefeito Marchezan precisa para aprovar este projeto, para que Porto Alegre não tenha esse retrocesso. O documento foi assinado por 21 Vereadores. Os abraços que se fizeram ao DMAE, a expressão da frente social e política que a luta de vocês conseguiram montar, a força da greve. Queria falar sobre um tema que tem me preocupado muito e que eu falava com as servidoras do DMAE, com as mulheres. A questão do GT, *fake*, assim como o Prefeito, para discutir o PL do DMAE. Ele publicou no Diário Oficial que, teoricamente, seria composto pelos servidores do quadro – não é, é composto por servidores a administração, que apoiam o Governo Marchezan e pelos CCs do Marchezan –, com prazo de entrega para essa semana e que, obviamente, farão um

relatório *fake*, demagógico, mentiroso, para tentar induzir a privatização. Mas nós não nos enganamos, porque não nos enganamos com essa lógica autoritária, recessiva e neoliberal do Prefeito Marchezan. Parabéns pela mobilização, nós vamos denunciar esse GT e, sobretudo, estaremos juntos com vocês em todas as greves, em todos os piquetes, em todos os abraços para defender o DMAE.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (João Carlos Nedel): A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

A SRA. MÔNICA LEAL: Ver. João Carlos Nedel, que preside os trabalhos desta Sessão plenária, eu falo em nome do Partido Progressista. Quero cumprimentar o Sr. Adinaldo de Fraga e o Sr. Carlos Pettersen, escutei atentamente as suas manifestações, e chamou-me muito a atenção que foi criada uma tarefa social que só uma entidade tem, o consumo social, e isso é justiça social, fazer o melhor para a nossa população. É assim que o DMAE tem atuado. E também me chamou a atenção os R\$ 160 milhões por ano, enfim, anotei tudo que os senhores falaram, e, fora isso, conversei longamente com o sempre Vereador João Antonio Dib. Também quero registrar aqui algumas considerações, como o Plano Municipal de Saneamento Básico, que foi elaborado em 2015 por um grupo de trabalho coordenado pelo DMAE, e que buscou contemplar as diretrizes da Lei Federal nº 11.445/07, lei do saneamento básico, que visa à ampliação progressiva do acesso ao saneamento básico de todos os domicílios ocupados. O DMAE por si só não é responsável pela poluição do Guaíba, pois este recebe água dos rios Sinos e Gravataí; portanto, a responsabilização por sua balneabilidade extrapola o Município de Porto Alegre, requerendo planejamento integral de diversos órgãos e comitês das bacias hidrográficas. Em 2016, o DMAE retirou 7.77 toneladas de poluição do Guaíba! Mil litros de água do DMAE equivalem ao valor de uma garrafinha de água mineral. Enfim, poderia citar vários itens que li e me chamaram a atenção. O DMAE, na minha opinião, atende às necessidades da população de Porto Alegre, está financeiramente saudável; portanto, vou na linha do Vereador já falecido, Pedro Américo Leal, meu pai, que era contra a privatização do DMAE, bem como na linha do Ver. João Antonio Dib. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (João Carlos Nedel): O Ver. Luciano Marcantônio está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. LUCIANO MARCANTÔNIO: Sr. Presidente, quero parabenizar todos servidores do DMAE que estão aqui presentes. Eu, como Vice-Líder do Governo, falando também pelo Líder do Governo, Ver. Moisés Maluco do Bem, em respeito à história do DMAE, em respeito aos servidores do DMAE que estão aqui, acho

importante deixar claro que não vai ser encaminhado nenhum projeto que vá privatizar o DMAE. O que o Prefeito, junto com os Vereadores e com o Simpa, construiu, no dia 23 de outubro, em uma reunião de quatro horas, no Salão Nobre do Paço Municipal, é que será feita uma redação que esclarecerá essa situação, porque o projeto do Governo é para fazer uma Parceria Público-Privada em relação ao esgoto, nos mesmos moldes que o Governo Federal, na gestão do Lula realizou, e nos mesmos moldes que o Governo Sartori está realizando. Não será privatizado o DMAE. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (João Carlos Nedel): O Ver. Dr. Thiago está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. DR. THIAGO: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Quero reafirmar meu posicionamento contrário ao projeto que está aqui na Casa, e agradecer a força-tarefa qualificada de servidores públicos do DMAE, que, mesmo em face da situação toda criada pelo Executivo Municipal, tem auxiliado, e muito, a população. A ausência de autonomia do DMAE leva ao imobilismo do corpo funcional, à dificuldade de gerir questões simples do dia a dia, e a fazer os investimentos necessários. O exemplo claro foi a questão da Lomba do Pinheiro, que tinha um estudo pronto para investir na qualificação do abastecimento de água na Lomba do Pinheiro e não foi possível fazer pelo atraso do Comitê Gestor e pelo desconhecimento da gestão municipal da Prefeitura. Então, por isso, quero elogiar aos abnegados servidores públicos do DMAE, e, mais uma vez, ratificar o meu posicionamento contra o projeto de lei do Executivo que se encontra nesta Casa. Parabéns pelo trabalho. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (João Carlos Nedel): Obrigado, Ver. Dr. Thiago. O Ver. Cláudio Janta está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Sr. Presidente; nossos membros da Mesa; os convidados que aqui se encontram; ouvir o Governo dizer que não quer privatizar o DMAE, isso tem que estar no papel. Até agora isso não consta no papel. (Palmas.) O que consta no papel é que querem fazer uma Parceria Público-Privada, por exemplo, do que já está feito pelos servidores públicos do DMAE, do que está feito pela população de Porto Alegre. Nós queremos fazer uma Parceria Público-Privada pelo que tem que ser feito ainda pela cidade de Porto Alegre, como a captação de água do Jacuí; os encanamentos que tem que ser colocados em Porto Alegre; o tratamento de água que tem que ser feito em Porto Alegre – não entregar o que já foi feito, o que está pronto. Geralmente, quando chegam com essas Parcerias Público-Privada, são como os pedágios: é para entregar o que já está pronto. Nós queremos ver um projeto que

realmente aporte recursos financeiros na cidade de Porto Alegre e não tire recursos da população de Porto Alegre; e que nesse projeto conste que o DMAE não vai ser vendido e que o DMAE não vá ser privatizado. Não consta em nenhuma linha do projeto que o DMAE vai continuar com a sua gestão pública, como é em vários países da Europa, onde várias empresas são públicas com gestão privada. Muito obrigado, Sr. Presidente. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (João Carlos Nedel): Obrigado, Ver. Cláudio Janta.

O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

O SR. ROBERTO ROBAINA: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Eu acredito que há um consenso de que é muito difícil que Governo tenha a maioria para aprovar o seu projeto. Eu acredito que essa derrota do Governo é produto, por um lado, da consciência crítica que existe na sociedade porto-alegrense em relação às hipóteses de privatização do DMAE, que se expressou no consenso entre todos os presidentes anteriores do DMAE, de vários partidos políticos. A Ver.^a Mônica Leal citou o ex-Prefeito João Dib, na galeria está conosco o Eng^o Guilherme Barbosa, e eu participei de um evento onde vários ex-diretores do DMAE mostraram claramente que eram contrários à privatização. Então, acho que essa consciência crítica que existe em defesa do DMAE se expressou nos diretores da instituição. E também essa derrota do Governo Marchezan deve ser atribuída à poderosa greve que os trabalhadores municipais realizaram no segundo semestre, uma greve, aliás, que tinha como vanguarda os trabalhadores do próprio DMAE. Fazia muito tempo que não havia uma mobilização tão poderosa dos trabalhadores do DMAE, que perceberam o tamanho do risco, o tamanho do ataque que estava sendo desenvolvido, e realizaram uma greve correspondente a este ataque.

Por isso, eu realmente não acredito que o Governo não tenha a maioria para aprovar o seu projeto. Isso é uma grande vitória que a gente evidentemente não pode comemorar de modo antecipado, mas é preciso ter a leitura para que possamos aumentar a nossa capacidade de mobilização, tendo mais confiança nas possibilidades de vitória.

O que é preocupante, embora o Governo tenha grande chance de ser derrotado? O preocupante é que o Governo tem um plano de desmonte do DMAE, que é a tentativa de fazer a profecia autorrealizável. O Governo faz um discurso de que uma empresa pública estatal é ineficiente; o Governo fica martelando na ideia de que só a privatização pode melhorar o serviço; desmonta o DMAE, que reduz a sua capacidade de atender os interesses da população; a população começa a ficar contra o DMAE e aumenta o sentimento pró-privatização. Essa é a lógica do Governo Marchezan, isso, sim, é preocupante.

Essa é lógica do Governo Marchezan, porque seu Governo, ideologicamente, sustenta uma ideia, a qual consideramos tremendamente prejudicial para a sociedade, que é a de que tudo deve ser mercantilizado.

Nós temos um patrimônio, que não de um ano, dois anos, mas de 50 anos de investimento em infraestrutura - é disso que se trata. O Ver. Alex fazia menção às reuniões que ele teve oportunidade de ter no DMAE, mostrando a capacidade e o conhecimento que esse Departamento tem sobre a cidade de Porto Alegre. O DMAE, na prática, é uma fábrica de alta qualidade, com um corpo técnico tremendamente capaz. Então, não faz nenhum sentido qualquer projeto que realmente busque atender o serviço público, se os protagonistas dessa construção não decidem os rumos da própria instituição. Só que o Governo Marchezan tem a lógica inversa: tudo que é público ele quer desconstituir para transformar o serviço em mercadoria.

E nós, nesse caso, temos o risco de transformar o abastecimento de água em mercadoria. Quer dizer, é gravíssimo, porque essa lógica de privatização faz com que nós tenhamos uma tendência a aumentar a exclusão. Nós sabemos – e isso é algo que nos deixa muito preocupados – que o desmonte está em curso. O engenheiro, Sr. Carlos Alberto Pettersen, que também foi diretor do DMAE, deu uma série de exemplos de que esse demonte está em curso. Nós vimos como o Governo Marchezan destruiu o DEP. É evidente que já havia problemas de gestões anteriores, esquemas de corrupção que foram revelados inclusive pela polícia, mas o Governo Marchezan tratou de liquidar com o DEP. É algo absolutamente claro que a ideia do Governo é o desmonte, razão pela qual eu creio que um dos desafios que vai estar posto para o corpo funcional do DMAE é uma organização muito forte, para que possamos ir ganhando cada vez mais a população para entender que o DMAE precisa ser defendido. Todos sabem que saúde e água têm tudo a ver, o DMAE tem um dos principais programas, é exemplo no País de água com qualidade. Então, precisamos mostrar para a população que o desmonte do DMAE significa a possibilidade de uma série de setores da nossa sociedade, que não tem capacidade de pagamento, passe a não ter o serviço, e que o serviço seja feito com a qualidade inferior à qualidade necessária. É preciso fazer essa campanha, começar essa campanha já. Eu acho que o Governo perde na Câmara de Vereadores, mas é o Governo que faz a gestão do DMAE, é o Governo que impõe uma lógica no DMAE, e a lógica do Governo vai levar ao desmonte do DMAE, e o desmonte do DMAE vai levar ao aumento da consciência de que é preciso privatizar o DMAE. E é esse o objetivo do Governo Marchezan. Portanto, o Governo Marchezan não quer necessariamente ganhar agora, mas construir as condições políticas para que aumente a consciência sobre a privatização, que aumente o apoio à privatização, para que, portanto, ele possa mais tarde vir, de novo, com esse projeto, e conseguir concretizar esse seu plano neoliberal, reacionário e de desmonte do serviço público da nossa Cidade. Portanto, funcionários do DMAE contem com o nosso apoio, porque os Vereadores e as Vereadoras têm essa obrigação de levar para a população que está em curso um projeto de destruição do serviço público, e que isso não pode passar na cidade de Porto Alegre. Muito obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (João Carlos Nedel): Obrigado, Vereador. A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Obrigada, Ver. Nedel. Eu cumprimento o Sr. Carlos Alberto Pettersen, muito prazer em revê-lo e parabéns pela militância, por ser testemunha não só do trabalho sério, como colega municipal, mas por ser testemunha da gestão e das alterações realizadas no DMAE para ser hoje a instituição que admiramos. Cumprimento e agradeco ao também colega Adinaldo Soares de Fraga, assim como todos os colegas aqui presentes do nosso querido DMAE. Por que agradeco, Adinaldo? Se o senhor não tivesse feito um artigo, e colocado no Jornal do Comércio, dizendo que faltará água no verão, não estaríamos hoje com as providências que talvez sanem ou minimizem o problema no verão. Pois a partir do artigo do Adinaldo, nós apresentamos, ao Ministério Público de Contas, essa denúncia. O Dr. Da Camino a entendeu como gravíssima e questionou a Prefeitura de Porto Alegre. A própria Diretora do DMAE, por escrito, concordou com o Dr. Da Camino e com a denúncia do servidor qualificado, aposentado, acompanhando o DMAE, que afirmou que, por diversas vezes, questionou junto aos órgãos competentes do Executivo - os órgãos centrais do Planejamento, da Fazenda e do Gabinete do Prefeito - no sentido de demonstrar a impossibilidade de manter a aquisição de bens e serviços da autarquia submissos às novas diretrizes do Governo Marchezan. Por isso, essa evidência fez com que o Dr. Da Camino solicitasse uma fiscalização na autarquia por gestão temerária do Prefeito Marchezan no DMAE. Ora, esse trabalho continuado do DMAE, com militância, competência, vigilância e compromisso com o fornecimento de água, é o compromisso geral dos servidores, e essa falta de compromisso do Prefeito demonstra que ele tem uma intenção muito clara de entregar fatias, Ver. Carús, desse negócio público. Um negócio promissor, um negócio que tem muita gente de olho, porque há financiamento público, há financiamento para investimento em saneamento no Brasil disponível. É isso que uma empresa privada vai fazer, um negócio que é barbada, que já sai com um contrato, já sai contratada pela Prefeitura, com seus honorários todos pagos, com financiamento disponível para utilizar. Ora, a consequência disso já foi falada nesta tribuna, e eu quero insistir no que eu aprendi e estou aprendendo devagarinho com o DMAE sobre a condição que o DMAE tem, sim, de ele próprio realizar, sem gastarmos mais com esta terceirização.

Quando tu delegas um serviço público, estás abrindo mão de realizá-lo, por isso podem chamar como quiserem, mas é privatização, sim, e trará, sim, custos mais altos para a tarifa. E o DMAE já demonstrou, com a sua capacidade no caso do PISA, que talvez tenha sido o projeto mais audacioso, com mais de bilhões de reais buscados junto a bancos públicos e que deu a capacidade para a cidade de Porto Alegre, sim, da separação do esgoto pluvial do cloacal.

E aqui já foi dito: é preciso investir nas ligações das moradias, dos edifícios, dos condomínios à rede que já está instalada na cidade de Porto Alegre. Portanto, uma empresa que for pegar essa fatia, já vai pegar toda uma estrutura pronta, e nós sabemos, Vereadores Adeli e Oliboni – falo em nome da nossa bancada –, que só um trabalho de

conscientização e de orientação para as famílias, eu tenho certeza de que resulta em quase uma plena potencialização dessa rede. E, talvez, com um programa que o DMAE já teve junto ao PISA, que o DMAE realiza a ligação, depois parcela e cobra na tarifa, nós chegaremos a 80% do esgoto canalizado, com capacidade de tratamento, sem ter que vender um milímetro da nossa empresa pública, sem ter que ofertar e entregar na mão privada alta tecnologia desenvolvida pelos nossos colegas. Esta última parte é que eu quero elogiar e chamar a atenção, Vereadores Luciano e Moisés: o nosso DMAE desenvolveu, por exemplo, o georreferenciamento comercial. Todas as ligações de Porto Alegre são visíveis pelos nossos técnicos, num sistema moderno. Nós compramos georradars, nós fizemos muitos investimentos, que dão condições de atualização, de visualização, inclusive da tubulação de gás, não apenas do que está instalado do DMAE. Portanto, tem muito investimento público que não pode ser colocado para lucro da exploração privada. Eu encerro a minha fala dizendo que me tocou, me emocionei, puxei palmas quando o Adinaldo disse que a única parceria que nós precisamos é da Câmara Municipal de Porto Alegre. Porque, senhores, com um Prefeito que prepara, que desmonta apenas para vender, que é arrogante a ponto de dizer que todos sabem e concordam com ele, que precisam fazer essas medidas, só não fazem porque são covardes – e isso ele reafirmou na rádio na semana passada, depois da viagem -, ou seja, a arrogância de achar que ele tem a verdade absoluta o faz cego, não consegue ver a riqueza que tem na mão de funcionários, de investimento, de tecnologia e de conhecimento que é o nosso DMAE. E aí a Câmara precisa ajudá-lo a enxergar. Eu tenho certeza de que a ação militante de vocês, que já foi brilhante durante a greve e que vai continuar mostrando para a cidade e apresentando alternativas para utilizarmos os 100% do que já construímos com mão de obra pública, com inteligência pública e com uma boa e adequada tarifa, eu tenho certeza de que a população de Porto Alegre também será a grande parceria que vocês vão ter, que o DMAE vai ter e que nós vamos ter, os que defendem uma água saneada, uma capacidade de gestão que atenda desde os mais ricos desta Cidade aos mais pobres desta Cidade, em todos os cantos desta Cidade com uma tarifa justa. Essa é a cara, é o rosto do DMAE e assim nós vamos preservá-lo. Viva o DMAE público! Parabéns queridos colegas!

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (João Carlos Nedel): Obrigado, Vereadora. Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 15h15min.)

O SR. PRESIDENTE (João Carlos Nedel – às 15h16min): Estão reabertos os trabalhos.

O SR. JOÃO BOSCO VAZ (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a transferência do período de Grande Expediente de hoje para a próxima Sessão e a

alteração da ordem dos trabalhos para que, imediatamente, possamos entrar no período de Comunicações para realizar a homenagem ao Sincor – Sindicato dos Corretores de Seguros. Após retornaremos à ordem normal.

O SR. PRESIDENTE (João Carlos Nedel): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. João Bosco Vaz. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Passamos às

COMUNICAÇÕES

Hoje, este período é destinado a assinalar o transcurso do 75º aniversário do Sindicato dos Corretores de Seguro do Rio Grande do Sul – Sincor/RS, nos termos do Requerimento nº 101/17, de autoria da Mesa Diretora.

Convidamos para compor a Mesa: o Sr. Ricardo Pansera, Presidente do Sindicato dos Corretores de Seguros do Rio Grande do Sul – Sincor/RS; o Sr. Guacir Bueno, Presidente do Sindicato das Empresas de Seguros do Rio Grande do Sul – Sindseg/RS; o Sr. Éder Oliveira, Presidente do Clube de Seguros de Vida e Benefícios do Rio Grande do Sul – CVG/RS; e o Sr. Valdir Busch, Presidente do Sindicato dos Securitários.

O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra em Comunicações e falará em nome da Mesa Diretora.

O SR. IDENIR CECCHIM: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Esta homenagem a um sindicato tão importante, a um sindicato que presta serviços inestimáveis de proteção ao patrimônio, à vida ou proteção àqueles que sobrevivem. A importância do trabalho do corretor de seguros na orientação, na própria ajuda de quem precisa e que deve fazer o seguro de seus bens, da sua vida, da sua saúde, é inestimável. O Sindicato, que o Ricardo Pansera preside, tem uma história fantástica, com os ex-presidentes, com as ex-diretorias que fizeram os pilares firmes desse Sindicato e da Escola Nacional de Seguros, que, juntos, formam profissionais de alta qualidade e de muita responsabilidade. Os Vereadores de Porto Alegre prestam esta homenagem, por meio da Mesa Diretora, com uma ajuda do Ver. João Bosco Vaz. Os Vereadores têm esse sentimento e essa responsabilidade de, num dia como hoje, dizer ao Sindicato: obrigado pelo trabalho que prestam aos cidadãos de Porto Alegre, às empresas de Porto Alegre, às vidas que são seguradas e aos bens que são segurados, e que segurados evitam, muitas vezes, a falência de uma empresa e que dão às famílias as condições de continuarem a proteger os membros da família com seguro de vida realizado e bem orientado pelo corretor de seguro. O corretor, profissional de seguro, é um parceiro que ajuda, que auxilia e que faz o convencimento - se é isso que se pode dizer -, que faz a ajuda para explicar a proteção e a necessidade de se ter um seguro bem feito. Não é uma ilusão vendida. O corretor de seguros é o que fala a verdade dos deveres e obrigações. O segurado tem deveres também, o segurador tem a obrigação, o

dever, mas o segurado também participa disso, tem de participar disso com a orientação do corretor profissional de seguros. O Rio Grande do Sul tem muita sorte por ter este nosso Sindicato, eu me orgulho de ser sócio-contribuinte. Este nosso Sindicato tem uma larga história, é um dos melhores Sindicatos do Brasil, Ver. Bosco Vaz, se não é o melhor. Nós gaúchos sempre fomos humildes e sempre dizemos que somos um dos melhores. Mas nós sabemos que somos o melhor Sindicato do Brasil, e fizemos isso com a categoria. A categoria do corretor profissional de seguro fez com que o Sindicato dos Corretores de Seguro do Rio Grande do Sul tivesse essa condição, de ser o melhor. E continuará sendo o melhor pelas diretorias que vem tendo, pelos associados, com a participação dos corretores, com os funcionários do Sindicato, com aqueles que trabalham no dia a dia lá no Sincor, que fazem a grandeza de uma profissão muito honrada, que é a profissão de corretor profissional de seguro. Por isso, Presidente, em seu nome, em nome de toda Mesa que está aqui representando esse setor importante, queremos cumprimentá-los e dizer que nós estamos aqui na torcida e na vigilância pra que a nossa profissão de corretor profissional de seguro e que o Sindicato que nos representa tenham uma vida longa e de muito sucesso, como vem tendo em todos esses anos. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (João Carlos Nedel): O Ver. João Bosco Vaz está com a palavra em Comunicações, por cedência de tempo do Ver. Paulinho Motorista.

O SR. JOÃO BOSCO VAZ: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Muitos dizem que o seguro morreu de velho, mas o seguro está cada vez mais novo! As pessoas previdentes, as pessoas inteligentes conseguem visualizar isso de uma maneira macro, de uma maneira maior, porque sabem que o seguro lhes dá a proteção necessária. Quando se fala em seguro, logo vem à mente o seguro de automóvel; mas há o seguro pessoal, o seguro de vida, o seguro da sua casa, e tudo isso custa muito pouco.

Eu, como convivo com os corretores, tenho vários amigos que aqui estão, e outros tantos que estão nesse segmento, também me indigno, muitas vezes, quando um gerente de banco vira corretor de seguros. O gerente do banco não tem que ser corretor de seguros. Quando a pessoa vai lá, com dificuldade, já com a corda no pescoço, precisando de um empréstimo, precisando de algo do banco, só é atendido se fizer seguro de alguma coisa, não importa, tem que fazer um seguro, Clodomiro! Isso é uma concorrência muito desleal com a categoria, tanto que a categoria dos corretores estava se retirando de Porto Alegre, levando suas empresas para a Grande Porto Alegre, onde o Imposto Sobre Serviços – ISS era de 2%, o mínimo, e, muitas vezes, não era nada; Porto Alegre cobrava 5%, o máximo. Este Vereador aqui, preocupado com essa situação, fez um projeto e conseguimos diminuir o ISS de 5% para 3%, que é o que os corretores pagam hoje. As pessoas não conseguem entender essa cadeia produtiva do seguro, a grandiosidade disso, os impostos gerados e principalmente os empregos,

porque são centenas de corretores e corretoras, no dia a dia, sustentando as suas famílias.

A Sra. Mônica Leal: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. João Bosco Vaz, quero dar os meus parabéns e transmitir o cumprimento da Bancada do Partido Progressista – dos meus colegas Vereadores Cassiá Carpes, João Carlos Nedel e Ricardo Gomes – pelos 75 anos de atividade do Sincor/RS, entidade que preenche um espaço importante e fundamental para a categoria dos corretores de seguro. O Sincor configura uma representação sólida para a área, que ampara, que incentiva, que capacita e que defende os seus associados, oferecendo seus serviços e sua excelência para que todos desenvolvam o trabalho de corretor de seguros da melhor forma, agindo em benefício dos gaúchos, de suas famílias, de seus empreendimentos, com estabelecimento de planejamento, organização e segurança, sempre mirando o bem-estar e o futuro. Parabéns à Diretoria e aos associados do nosso Sincor. Muito obrigada.

O SR. JOÃO BOSCO VAZ: Muito obrigado, Ver.^a Mônica. A Mesa Diretora desta Casa teve a grandeza e a visão, Ver. Cecchim, de propor esta homenagem pelos 75 anos do Sincor. Vou misturar um pouco de futebol aqui, porque todos sabem – se não sabem, vão ficar sabendo agora – que quem lançou a camisa amarela de goleiro foi o Germinaro, no Grêmio, e que quem lançou a camisa preta de goleiro, lá no Novo Hamburgo – depois, veio para o Inter –, foi o Petzold, que era o Presidente do Sindicato.

Para encerrar esta homenagem, eu digo para os senhores representantes das categorias e aos corretores que aqui estão que o seguro só é seguro com o corretor de seguros. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (João Carlos Nedel): O Ver. Mauro Zacher está com a palavra em Comunicações, por cedência de tempo do Ver. Cláudio Janta.

O SR. MAURO ZACHER: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Meus cumprimentos, em nome do Líder da nossa Bancada e Presidente do Creci, Ver. Márcio Bins Ely, que, infelizmente, por causa de uma conexão que perdeu no retorno da Internacional Socialista, não pôde estar presente, mas pediu que eu lesse na íntegra o discurso que havia preparado em comemoração ao Sindicato dos Corretores de Seguro. (Lê.): “É uma grande satisfação, em nome da Câmara Municipal prestar, esta merecida homenagem ao Sindicato dos Corretores de Seguros do Rio Grande do Sul, que comemora 75 anos de existência. O Sincor/RS é um exemplo para outras entidades por seu incessante trabalho pela valorização da categoria e qualificação dos corretores para atender cada vez melhor os consumidores gaúchos. O Sindicato começou suas atividades em dia 14 de outubro de 1942, quando recebeu a Carta Sindical do então

Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. A semente da árvore frondosa, em que se transformou a entidade, foi plantada por alguns profissionais, que iniciaram os trabalhos numa pequena sala de 15 metros quadrados, na Rua Caldas Júnior, no Centro de Porto Alegre. Nos anos de 1960, o Sindicato viveu um avanço significativo, alavancado pelas mudanças no comportamento da sociedade. O movimento nacional pela regularização da profissão de corretor de seguros fez um grande esforço no sentido de valorizar a atividade, que passou a ter a dignidade e o respeito merecidos. Em 29 de dezembro de 1964, ocorreu mais uma grande vitória: o Congresso Nacional aprovou a Lei 4.594, que regulamentou a profissão de corretor de seguros. Esse fato foi um divisor de águas. O então presidente do Sincor-RS, Pedro Cardoso de Azevedo, junto com seus colegas, deu um impulso à valorização do Corretor de Seguros. Os anos de 1970 e 1980 foram fundamentais para consolidar a profissão e o mercado segurador em geral. Mesmo com a inflação descontrolada e o regime político centralizador, o seguro tornou-se um produto indispensável.

O Sincor/RS foi pioneiro no país na criação – em 1995 – de um slogan para mostrar a importância da categoria: ‘Com corretor de seguro é mais seguro’. A ideia foi muito bem recebida. Depois de algum tempo, a Federação Nacional de Corretores de Seguros – Fenacor seguiu a ideia dos gaúchos e lançou um slogan na mesma linha: ‘Seguro, só com corretor de seguros’. O ano de 1999 marcou uma nova conquista. A categoria fundou seu próprio banco: o Credicor/RS, uma cooperativa de crédito independente para os corretores e securitários. Os anos 2.000 foram fundamentais para a consolidação do mercado segurador, com a modernização dos produtos e processos.

O Sindicor/RS investiu forte na qualificação e aperfeiçoamento dos corretores, preparando profissionais altamente capacitados para os novos tempos. O trabalho realizado pela categoria e suas entidades tiveram resultados que podem ser mensurados pelo desempenho do setor. Há pouco mais de uma década, o mercado de seguros representava menos de 1% do Produto Interno Bruto do país. Hoje, alcança 6% do PIB e a tendência é de crescimento. Mais de 90% desse índice é gerado pelos corretores de seguros. O Brasil tem mais de 70 mil corretores de seguros, gerando cerca de 200 mil empregos diretos no País. Desse total, seis mil corretores atuam no Rio Grande do Sul.

O corretor é, para nós consumidores, um conselheiro na hora de contratar um seguro. É ele quem nos orienta sobre as coberturas mais adequadas em todos os ramos. Vocês, corretores de seguros, nos dão segurança quando temos um problema relativo ao nosso carro ou – nos momentos em que ficamos totalmente desamparados – ao perder um arrimo de família e precisamos de um apoio especial. O trabalho do corretor não termina na assinatura de uma apólice. É o profissional que dá uma atenção especial no pós-venda, em casos de sinistros. Esse acompanhamento só é prestado pelos corretores de seguros, nunca pelo gerente de uma agência bancária. Essa é uma das grandes diferenças de fazer seguro com quem sabe, tem habilitação e conhecimento técnico. Para ser corretor é preciso fazer um curso de alta qualidade, oferecido pela Escola Nacional de Seguros, e passar por um teste rigoroso. Só depois de aprovado, o

aluno poderá ser habilitado na Superintendência dos Seguros Privados, a Susep, e atuar legalmente no mercado.

Hoje, o Sindicato dos Corretores de Seguros do Rio Grande do Sul é uma entidade forte e atuante, com sede própria na Capital e doze Delegacias Regionais. O Sincor/RS foi uma das primeiras entidades sindicais do ramo a ter uma Ouvidoria. O serviço, que resolve 89% dos conflitos, é disponibilizado aos consumidores, corretores e seguradoras. A mediação entre as partes resolve casos com rapidez, evita a judicialização e longos processos. O Sincor também trabalhou pela inclusão dos corretores no sistema tributário simplificado, conhecido como ‘Simples Nacional’ ou ‘Super Simples’. Em vigor desde 2015, essa medida proporcionou a redução drástica da carga tributária dos corretores.

O sindicato é pioneiro nas ações contra o chamado ‘seguro pirata’, feito por associações que lesam os consumidores, se fazendo passar por seguradoras com o nome de ‘proteção veicular’. Desde 2005, promove processos judiciais contra essa irregularidade e tem a Superintendência dos Seguros Privados engajada nessa luta. O Sincor/RS também foi o primeiro sindicato da categoria a chamar a atenção do mercado e do Ministério Público para uma prática lesiva aos consumidores: o ‘seguro grátis’, que era prometido em anúncios de venda de veículos. A prática, que enganava o consumidor e prejudicava as seguradoras, está banida por meio de um Termo de Ajustamento de Conduta, assinado no Ministério Público, graças à iniciativa do Sindicato.

Outra preocupação com os consumidores é relativa ao atendimento gratuito oferecido a todos os cidadãos relativo a sinistros do Seguro DPVAT, que cobre acidentes de trânsito com vítimas de lesões ou morte. Enquanto alguns escritórios cobram uma taxa para retirar a cobertura do DPVAT, o Sindicato dá todas as indicações gratuitamente, prestando um importante serviço de cidadania e defesa do consumidor. Por ano, o Sincor/RS oferece mais de 2.500 atendimentos.

Cada vez mais, a entidade busca alternativas para qualificar seus associados. Implantou em 2016, um novo formato de multiplicação da cultura e aperfeiçoamento profissional da categoria: seminários regionais e eventos com duração de um dia, apresentando novas oportunidades de negócios. O Sindicato também é pioneiro na valorização das mulheres, que representam 40% dos profissionais do mercado gaúcho: promove, a cada dois anos o Encontro Estadual Feminino de Corretoras de Seguros, que terá sua décima primeira edição em 2018. Outro evento muito concorrido é o Encontro Regional de Corretores de Seguros, o Encor, o maior da região sul do Brasil. Realizado a cada dois anos, em 2017 chegou à décima segunda edição. Desde o início de sua realização, foram encontros completamente lotados por profissionais interessados em qualificação e em prestar um atendimento cada vez melhor aos segurados. O sindicato também promove eventos sociais para estimular a convivência entre corretores, seguradores e prestadores de serviços ao mercado segurador, como o Jantar dos Cozinheiros e a Confraternização de Final de Ano, realizada em Porto Alegre e delegacias regionais. O Sincor/RS completa 75 anos de luta e muito trabalho, recompensados por grandes conquistas. Parabéns ao Ricardo Pansera, Presidente, reeleito para mais uma gestão; ao Celso Vicente Marini, Vice-Presidente; ao Sérgio

Alfredo Petzhold, Vice Administrativo-Financeiro; à Roseli Lustosa de Castro, vice de relações com o mercado; e aos diretores Genesi Cassol, César Luis Blauth, Marcos Corso Pozza e André Luiz Araújo Thozeski. Também saúdo os integrantes do Conselho Fiscal, Luis Carlos Alves Bernardes e Maria Eunice Ribas. Desejo longa vida ao Sindicato dos Corretores de Seguros do Estado do Rio Grande do Sul e que seu trabalho continue dando bons frutos. Concluo lembrando o slogan do Sincor/RS com um mote de fundamental importância para os corretores e consumidores: ‘com corretor de seguros é muito mais seguro’. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. DR. THIAGO: Presidente, eu só queria, em nome do DEM, manifestar a nossa satisfação pela homenagem e sublinhar em baixo do que foi dito pelo conjunto dos Vereadores. Existem vários corretores que nos assessoram - no meu gabinete, tenho dois, inclusive. E quero reiterar esse nosso apreço constituído a essa classe que realmente faz com que os nossos negócios, os nossos bens possam ter um prazo de duração muito maior e com muito mais segurança, como foi dito pelos colegas. Parabéns e, sem dúvida nenhuma, uma grande e justa homenagem.

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Presidente, só para esclarecer, eu quero relatar. E, ao mesmo tempo, queria não deixar de fazer o registro, porque me senti representado pelo nosso Líder, Ver. Idenir Cecchim, que foi à tribuna exatamente para homenagear o Sindicato dos Corretores. Então, eu quero, rapidamente para que não apreça deselegância, Presidente, cumprimentar o Ricardo Pansera, meu querido amigo; o Guacir Bueno, quem conheço há mais de 20 anos, desde a época do Tribunal Militar; o Sr. Éder Oliveira e o Sr. Waldir Bush, dizer do meu carinho, do meu respeito. Já tive a honra de ser homenageado pelo nosso amigo Alberto Júnior, da Câmara dos Corretores de Seguros. Então, tenho grandes amigos e a maior admiração, não só admiração, respeito por essa categoria que, como os outros Vereadores disseram, várias vezes nos ajudam em vários momentos da nossa vida. Parabéns pela homenagem que os senhores recebem hoje aqui.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Obrigada, Ver. Nedel, pela sua tolerância. Em nome da bancada do PT, nós não tínhamos nenhum tempo no período de Comunicações, quero dizer que nos somamos às homenagens, em outros momentos também. Quero dizer que nunca tivemos tão presente a importância desse intermediário para que os direitos do consumidor sejam garantidos, para que se tenham soluções rápidas em tempos de tanta violência, em tempos de tanto roubo. Eu, pessoalmente, tenho no meu corretor de seguros um grande amigo e parceiro para as piores horas. Então saibam que a função de vocês, às vezes, pode ser bem chata, pois só lida com situações técnicas e de urgência, mas nos dá uma acolhida nas nossas vidas muito importante. Parabéns pela organização através do Sindicato, que vocês tenham sucesso

e cada vez mais possam garantir a qualidade, mas também a boa remuneração. Bom retorno para os corretores de seguros. Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (João Carlos Nedel): O Sr. Ricardo Pansera, Presidente do Sindicato dos Corretores de Seguro do Rio Grande do Sul – Sincor/RS, está com a palavra.

O SR. RICARDO PANSERA: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Em nome da Diretoria do Sincor/RS, agradeço a esta Casa, a Câmara Municipal de Porto Alegre, a homenagem ao corretor de seguros por ocasião do Dia do Corretor de Seguros, que se passou no dia 12 de outubro, e, também, pelo aniversário, os 75 anos, que foi dois dias após, no dia 14 de outubro, dessa entidade de classe, que muito nos envaidece. O reconhecimento do nosso trabalho por parte desta Casa engrandece, sem dúvida, toda a categoria profissional, uma vez que representamos mais de sete mil profissionais que atuam neste Estado. Desses, dois mil operam em Porto Alegre. Nosso sindicato tem 75 anos de lutas, completados no último 14 de outubro, repito, lutas essas em defesa do corretor de seguros e também dos consumidores, pois o corretor de seguros é o legítimo representante dos consumidores diante das seguradoras, que representam hoje mais de cem empresas no País. Nossa entidade atua através de sua sede em Porto Alegre e de mais 12 delegacias regionais instaladas nas principais regiões econômicas do Estado. Portanto, abrangemos todo o Estado do Rio Grande do Sul para atender ao corretor de seguros e aos consumidores.

A profissão de corretor de seguros é regulamentada pela Lei nº 4.594, de 29 de dezembro de 1964, portanto, a três anos atrás, a nossa profissão completou 50 anos. A habilitação profissional é concedida pela Superintendência de Seguros, a Susep, que é um órgão ligado ao Ministério da Fazenda, a todos aqueles que se qualificaram, que prestaram prova e foram aprovados em rígido processo de formação. Afinal, cabe a esses profissionais cuidar de patrimônios, cuidar de interesses dos consumidores, da vida e também da saúde de pessoas e do patrimônio de empresas. Nós, os corretores de seguros, somos intermediários legalmente autorizados a angariar e a fechar contratos de seguros entre as seguradoras e os clientes segurados, as pessoas físicas ou jurídicas, de direito público e também privado. Nossa profissão é uma atividade nobre, pois protege pessoas, preserva patrimônios e garante conquistas. O mercado de seguros é bastante promissor, que muito ainda há de crescer, e nós, profissionais corretores de seguros, trabalhamos com dedicação, conhecimento e constante atualização. Como profissional independente, o corretor é o defensor do consumidor, ou seja, defende os direitos do seu cliente, do segurado. Por isso é tão importante que o consumidor entenda que só através do profissional corretor de seguros ele estará realmente protegido. Muitos dos senhores e senhoras, empresários e empresárias, são nossos clientes segurados, nas mais diversas carteiras de seguros. Somos nós os profissionais corretores de seguros que zelamos pelos seus interesses. O Sincor/RS agradece, mais uma vez, à Câmara Municipal de Porto Alegre por esta honrosa homenagem. Como é gratificante ver que o trabalho sério e dedicado de tantos profissionais voluntários contribui para formarmos uma entidade

forte e, além de forte, respeitada. Nesta ocasião, reforçamos nossos propósitos de continuarmos lutando em prol da nossa categoria e dos cidadãos consumidores. Vamos continuar com um sindicato profissional forte e atuante, para isso contamos com a participação de todos os colegas profissionais corretores de seguros. Por fim, conclamo a todos para nunca esquecerem que seguro só com o corretor de seguros, como já foi previamente dito pelos meus antecessores, porque com o corretor de seguros é muito, mas muito mais seguro! Muito obrigado a todos.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (João Carlos Nedel): Convido os Vereadores para fazerem a entrega do Diploma ao Sr. Ricardo Pansera, Presidente do Sindicato dos Corretores de Seguro do Rio Grande do Sul – Sincor/RS.

(Procede-se à entrega do Diploma.)

(O Ver. Cláudio Janta assume a presidência dos trabalhos.)

A SRA. SOFIA CAVEDON: Ver. Cláudio Janta, enquanto os Vereadores se organizam, eu queria fazer a V. Exa. uma denúncia que recebi. Estão solicitando que nós tomemos alguma providência, porque temos neste momento, desde a meia-noite - e a captura foi às 3h -, uma guarda municipal e um guarda municipal obrigados a continuar monitorando e acompanhando um preso que fizeram na madrugada. Eles estão na Susepe, já fizeram um BO na Delegacia de Polícia, o preso está dentro do carro e os dois guardas municipais, que não têm essa função e não recebem para isso, estão de plantão, de pé, ao lado do carro da Guarda Municipal desta Cidade. Há um preso dentro do carro da Guarda Municipal. E isso é exaustivo e perigosos para a guarda Luciana e o guarda homem, que eu não sei o nome, pois não é essa a função da Guarda Municipal. Isso é um desvio de função, não sabemos de quem veio a ordem para a Guarda Municipal estar fazendo guarda de preso. Já foi feito o BO e encaminhado todo o procedimento administrativo. Nós achamos isso um desmando total de gestão, Ver. Janta, quero fazer o registro aqui neste microfone para V. Exa. que preside os trabalhos. E quero pedir providências aos Líderes do Governo para que se remetam ao Executivo Municipal para tirem os nossos guardas de uma situação tão grave, penosa e para a qual não estão designados, nem preparados, nem tem amparo no Estatuto da Guarda Municipal.

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): Nós vamos encaminhar a sua reivindicação.

O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra em Comunicações, por cedência de tempo do Ver. Professor Wambert.

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Sr. Presidente, Ver. Cláudio Janta; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, eu fui hoje, pela manhã, e como eu era o único Vereador que estava lá, eu queria compartilhar esse conhecimento com os ilustres colegas. Hoje, pela manhã, a Sociedade de Engenharia do Rio Grande do Sul promoveu um seminário que está rediscutindo o aeromóvel, se é possível, ou se é uma utopia, essa é a provocação que faz a Sociedade de Engenharia. Participaram dessa reunião especialmente técnicos que apresentaram o projeto do aeromóvel. Pois vejam, Vereadores, nós discutimos aqui, no primeiro semestre deste ano, um projeto do Ver. Idenir Cecchim que propunha desmanchar a estrutura física do aeromóvel que aqui está. Só para dar um dado que me chamou a atenção: três grandes empresas de dimensão internacional compraram a ideia do projeto do aeromóvel. Quem são essas empresas? A Marcopolo, de Caxias do Sul, que é uma grande empresa internacional hoje, e é nossa; a Randon, de Caxias do Sul, que é uma grande empresa internacional, e é nossa; e a Siemens, que é uma das maiores empresas do mundo, comprou o projeto do aeromóvel. Hoje a Siemens está desenvolvendo, Srs. Vereadores, a propulsão e os controles do aeromóvel. Para terem uma ideia - e nós não valorizamos as nossas coisas aqui -, a Colômbia está em estágio final de implantação em 18 cidades do projeto do aeromóvel; 18 cidades colombianas estão adotando o projeto. Durante muito tempo vigorou um preconceito enorme com relação a isso, as pessoas diziam que não era viável, que não funcionava. Pois bem, em Jacarta, que todos diziam que só tinha na Indonésia, é verdade, era um único projeto que existia, mas funciona há 30 anos sem apresentar problemas técnicos! E o que é mais impressionante é que os engenheiros da Siemens, que falaram hoje pela manhã lá, estão dizendo que a certificação dos trens do aeromóvel, para ele estar no mercado como ele está, tem o nível mais alto de segurança de certificação de funcionamento de equipamentos, como por exemplo, as portas. Ele tem um nível de certificação que admite uma falha a cada dez milhões de uso, é o mesmo que se usa para aviões.

Então, é um equipamento que Canoas está fazendo agora. E estava lá o representante da Corporação Andina de Fomento, esse mesmo que está financiando os R\$ 60 milhões da orla, que está financiando um projeto em Canoas de 18 quilômetros e 24 estações do aeromóvel. Pois Canoas consegue avançar, e nós, aqui em Porto Alegre, Capital do Estado, há 30 anos com uma linha, não conseguimos fazer! E tenho dito o seguinte, aqui nesta Câmara, que isso para mim representa o maior símbolo do nosso fracasso como agentes públicos! Não conseguimos avançar nessas coisas que o mundo inteiro está reconhecendo que são viáveis e que um engenheiro da Siemens, empresa alemã de ponta, de tecnologia, veio dizer para nós que está em consonância com o que há de mais moderno no mundo hoje, quando se fala em sustentabilidade! Um projeto que foi concebido pelo Eng^o Oskar Coester, há 35 ou 40 anos! Pois vejam como esse homem era um visionário, Ver. André Carús, que é presidente da Comissão que trabalha a questão do meio ambiente. Hoje, quando se fala em sustentabilidade, em transportes sustentáveis, esse engenheiro nosso aqui já anteviu isso há trinta anos, e Porto Alegre não consegue avançar.

Aliás, até quero cumprimentar – já disse isso ao Moisés – um engenheiro da EPTC muito bom. Só não entendi por que o Trensurb trabalha o projeto, por exemplo, do aeromóvel, aqui numa linha que é contígua, que é paralela à orla, quando, na verdade, nós já temos a hidrovía pronta, que não precisa de investimentos, só precisa levar adiante o projeto das hidrovias, que eu deixei pronto na Secretaria de Urbanismo, que prevê doze estações hidrovias saindo do Lami e indo até a Arena do Grêmio.

Para a minha surpresa, encontrei o Secretário Bruno Vanuzzi, Secretário das PPPs, e perguntei a ele: “Secretário, como é que está o projeto das hidrovias?” E ele: “Não sei, eu não conheço, nunca vi”. Eu digo: “O senhor não conhece?” Ele: “Não conheço”.

Então, um Governo assumiu, divorciado, Ver. Mauro Zacher, da história, jogando no lixo coisas técnicas, inclusive, o que já fizeram lá e que são importantes.

E, Ver. Cecchim, estou dizendo isso aqui, até disse lá para o Dr. Ponte, que presidia e para outros que eu tinha tido uma contenda, entre aspas, com V. Exa. quando me posicionei contrário ao desmonte aqui da estrutura do Trensurb. E hoje eu pude ver lá, volto a dizer, estavam os engenheiros da Siemens, da Marcopolo, da Randon, todas essas empresas estão comprando o projeto, Ver. Cecchim. E eu acho que, ao contrário, nós também tínhamos que avançar nisso, fazer ali uma linha universitária até a PUC, tentar fazer um ramal que fosse pela Av. Bento Gonçalves, pela Av. Protásio Alves. Quer dizer, há possibilidade, nós vimos isso, e essas grandes empresas estão comprando a ideia desse projeto. Volto a dizer, a Randon, a Marcopolo, a Siemens, todas jogadas de corpo e alma. O representante da Câmara Andina de Fomento dizendo que está à disposição, o projeto de Canoas saindo aqui. Então, nós estamos perdendo tempo, aliás, como quase tudo aqui em Porto Alegre, as coisas são demoradas ou elas morrem e não conseguimos avançar.

O Sr. Idenir Cecchim: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Obrigado, Vereador. Eu fico feliz que o meu projeto, na realidade, tenha como primeiro objetivo provocar a discussão. Eu não senti V. Exa. dando contra, não; foi uma discussão importante, que tenho certeza que contribuiu um pouquinho para que o pessoal se mexa, até o próprio Coester, sobre essa linha com esse projeto, que acabamos deixando em *stand by*, pedimos a renovação de votação, mas não o colocamos em votação. Então, para o desenvolvimento, estaremos sempre ombro a ombro.

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Eu acho que é fundamental que consigamos construir consensos aqui na Câmara de Vereadores sobre essas questões urbanísticas que são importantes para a Cidade. Essa questão do aeromóvel pode, sim, não é um sonho de 30 anos que morreu, é uma coisa que nós podemos fazer realidade, que tem todos os elementos para se transformar num transporte sustentável, de massa, e que é uma ideia nossa, Ver. Cláudio Janta, que denota a capacidade e a genialidade do gaúcho de desenvolver projetos como esse, o sistema da vela invertida, um transporte sustentável. Eu acredito, Ver. Cláudio Janta, que em 2018 nós poderemos trazer para

dentro desta Casa esse tipo de discussão, construir esse tipo de consenso, e provocar o Executivo para que ele avance, quem sabe, na Av. Ipiranga, quem sabe na conclusão de uma linha circular no Centro. Que a gente possa, enfim, desenvolver outras alternativas que não só a do ônibus como meio de transporte coletivo e de massa. Era isso o que eu queria dizer. Muito obrigado.

(Não revisto pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): O Ver. Ricardo Gomes está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Desiste. O Ver. Tarciso Flecha Negra está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Desiste. O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Desiste.

Esta Presidência faz um Requerimento solicitando que passemos, imediatamente, ao período de discussão de Pauta. Após retornarmos à ordem normal. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Passamos à

PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/05 minutos/com aparte)

1ª SESSÃO

PROC. Nº 2800/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 307/17, de autoria do Ver. José Freitas, que altera, no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre – e alterações posteriores, a denominação da efeméride Semana Juntos contra o *Bullyng* para Semana Juntos contra o *Bullying* e o *Cyberbullying*.

PROC. Nº 2869/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 318/17, de autoria do Ver. Paulo Brum, que concede o título de Cidadão Emérito de Porto Alegre ao senhor Cleo Danilo Jaques.

PROC. Nº 2886/17 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 047/17, de autoria do Ver. Adeli Sell, que inclui art. 222-B na Lei Complementar nº 284, de 27 de outubro de 1992 – que institui o Código de Edificações de Porto Alegre e dá outras providências –, e alterações posteriores, permitindo o uso de jardins verticais em muros, paredes, empenas cegas e similares.

PROC. Nº 2876/17 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 059/17, de autoria do Ver. Professor Wambert, que concede o Diploma Honra ao Mérito ao senhor Guillermo Zanon.

2ª SESSÃO

PROC. Nº 1873/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 216/17, de autoria do Ver. Rodrigo Maroni, que autoriza os cartórios a expedir certidões de nascimento, casamento e óbito de animais de estimação.

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): Não há inscritos para discutir a Pauta. Está encerrado o período de discussão de Pauta.

Estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 16h04min.)

* * * * *